



INFORMATIVO SINDICAL

Brasília-DF, 30 de janeiro de 2026



CNTI - Secretaria Centro-Oeste e NCST-MT acompanham eleição sindical e realizam agenda institucional em Juína (MT)



Atuação conjunta reforça a legitimidade do processo eleitoral e o fortalecimento da organização sindical na região

A **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI)**, por meio da **Secretaria Regional Centro-Oeste**, em conjunto com a **Nova Central Sindical de Trabalhadores de Mato Grosso (NCST-MT)**, esteve no município de Juína, localizado a aproximadamente **750 quilômetros de Cuiabá**, para acompanhar e conduzir o processo eleitoral do **Sindicato dos Empregados no Comércio em Geral de Juína e Região**.

O pleito transcorreu de forma **democrática, transparente e em conformidade com as normas estatutárias**, resultando na eleição do **Sr. José Aparecido dos Santos**, que obteve **mais de 91% dos votos válidos**, demonstrando ampla aprovação da categoria e legitimidade do processo eleitoral.



A presença da CNTI e da NCST-MT reafirma o compromisso institucional com o **fortalecimento do movimento sindical, a valorização da representação dos trabalhadores** e o respeito aos princípios democráticos que regem as entidades sindicais.

Reunião institucional com o STIMAJUR

Durante a agenda institucional no município, a **CNTI**, por meio da **Secretaria Regional Centro-Oeste**, em conjunto com a **NCST-MT**, também realizou reunião

com o **Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Madeireiras de Juína e Região (STIMAJUR)**, **Sr. João Alves da Luz**.

Além de presidir o STIMAJUR, o dirigente sindical integra o **Conselho de Representantes da CNTI**, na condição de **membro votante**, contribuindo ativamente para o fortalecimento das deliberações e diretrizes da Confederação.

O encontro teve como foco o **fortalecimento do diálogo institucional**, a troca de informações sobre a realidade dos trabalhadores do setor madeireiro na região e o **alinhamento de ações conjuntas** em defesa dos direitos e interesses da categoria.

A atuação integrada das entidades evidencia o compromisso permanente da CNTI com a ampliação de sua presença regional e com o fortalecimento da organização sindical em todo o país.

O encontro também incluiu o debate sobre a **importância estratégica das eleições de 2026 para a classe trabalhadora**, ressaltando o papel fundamental do movimento sindical na conscientização política e na defesa da democracia. Nesse contexto, foi destacada a relevância da **reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva**, em razão de seu histórico de compromisso com os trabalhadores, com a valorização do emprego, o fortalecimento da indústria nacional e a retomada de políticas públicas voltadas à inclusão social e à proteção dos direitos trabalhistas.

Além disso, foi enfatizada a necessidade de eleger **senadores e deputados federais comprometidos com a pauta sindical e com os interesses da classe trabalhadora**, capazes de atuar no Congresso Nacional em defesa da negociação coletiva, da legislação trabalhista, da soberania nacional e do desenvolvimento econômico com justiça social.





Brasília-DF, 30 de janeiro de 2026

Mobilização sindical destaca conquista da isenção do IR



Em fevereiro, a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) participa, ao lado de todas as centrais sindicais, da jornada nacional de mobilização do movimento sindical voltada à divulgação da nova faixa de isenção do Imposto de Renda para trabalhadores que recebem até R\$ 5 mil mensais. A iniciativa unitária tem como objetivo ampliar a informação e fortalecer o diálogo com a população sobre os impactos positivos da medida.

A alteração na tabela do Imposto de Renda entrou em vigor em janeiro e passa a ser percebida de forma concreta a partir de fevereiro, quando milhões de trabalhadores recebem seus salários sem o desconto do tributo. Para a Nova Central, a medida representa um avanço significativo na proteção do poder de compra e na valorização do trabalho.

A mudança na política tributária foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após articulação e pressão unificada das centrais sindicais em defesa da proposta.

Além da isenção integral para rendimentos de até R\$ 5 mil, a revisão da tabela também reduz a carga do imposto para salários de até R\$ 7.350, contribuindo para estimular o consumo, dinamizar a economia e ampliar a circulação de renda entre as famílias brasileiras.

A mobilização nacional inclui ações em todo o país para informar a população e evidenciar que a conquista é fruto da atuação coletiva do movimento sindical.

Ações em São Paulo

Na capital paulista, as atividades incluem panfletagens em estações do Metrô no dia 4 de fevereiro. Já no dia

5 de fevereiro, a partir das 7 horas, está previsto um ato na empresa MWM, em Santo Amaro.

Para as entidades, a vitória confirma que a organização dos trabalhadores é decisiva para gerar avanços sociais e promover um desenvolvimento mais justo.

Fonte: NCST

Novo Caged: Brasil encerra 2025 com saldo positivo de 1,27 milhão de empregos formais

Estoque de vínculos celetistas atinge 48,4 milhões, impulsionado pelo setor de serviços e crescimento em todas as Unidades da Federação



O Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, apresentou, nesta quinta-feira (29), os dados do Novo Caged referentes ao ano de 2025 durante coletiva de imprensa realizada no edifício-sede do Ministério do Trabalho e Emprego, em Brasília. Os números mostraram crescimento do emprego formal no país, com saldo positivo de vagas com carteira assinada ao longo do ano.

O mercado de trabalho formal apresentou crescimento em todo o país ao longo de 2025. Todas as 27 Unidades da Federação registraram saldos positivos na geração de empregos com carteira assinada, com destaque para São Paulo, que criou 311.228 postos no ano (crescimento de 2,17%), seguido por Rio de Janeiro (+100.920 ou 2,60%) e Bahia (+94.380 ou 4,41%). As maiores taxas proporcionais de crescimento foram observadas no Amapá (8,41%), Paraíba (6,03%) e Piauí (5,81%).

O avanço do emprego formal também foi verificado em todos os cinco grandes grupamentos de atividades econômicas. O setor de Serviços liderou a geração de postos de trabalho, com saldo positivo de 758.355 empregos (+3,29%), impulsionado principalmente



INFORMATIVO SINDICAL

www.cnti.org.br

MATERIAS VEICULADAS NA INTERNET

Brasília-DF, 30 de janeiro de 2026

pelas áreas de Informação, Comunicação e Atividades Financeiras, Imobiliárias, Profissionais e Administrativas (+318.460 ou 3,12%) e de Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, Educação, Saúde e Serviços Sociais (+194.903 ou 3,12%).

O Comércio registrou saldo positivo de 247.097 postos formais (+2,3%), enquanto a Indústria criou 144.319 empregos (+1,6%), com destaque para os segmentos de Fabricação de Produtos Alimentícios (+49.039) e Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos (+17.021). Já o setor da Construção gerou 87.878 postos formais no ano (+3,1%), e a Agropecuária apresentou saldo positivo de 41.870 empregos (+2,3%).

Matéria completa: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2026/janeiro/novo-caged-brasil-encerra-2025-com-saldo-positivo-de-1-27-milhao-de-empregos-formais>

Fonte: MTE

Eleições 2026: as dificuldades de renovação do Parlamento



André Santos*

As eleições para o Poder Legislativo se apresentam como um dos principais desafios para a sociedade brasileira. O comportamento dos parlamentares na 57ª Legislatura evidenciou, por meio de votações relevantes, um direcionamento que não correspondeu aos interesses de uma parcela significativa da população.

Votações recentes, como o chamado "PL da Dosimetria" e a "PEC da Blindagem" — apelidos atribuídos ao PL nº 2.162/2023 e à PEC nº 3/2021, respectivamente — desagradaram eleitores e impulsionaram manifestações populares em diversas regiões do país. O projeto aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal foi vetado pelo presidente Lula, enquanto a PEC, aprovada pelos

deputados, acabou sendo arquivada no Senado Federal.

Apesar disso, o discurso do "Congresso Inimigo do Povo", jargão que viralizou nas redes sociais e em manifestações populares, pode não se traduzir em mudanças significativas no pleito de outubro de 2026. A tendência é a manutenção de um padrão ideológico e comportamental semelhante na próxima legislatura.

Historicamente, a média de renovação da Câmara dos Deputados gira em torno de 45%, segundo dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), publicados na Radiografia do Novo Congresso — Legislatura 2023–2027. O maior índice de renovação ocorreu em 1994, quando pouco mais de 54% dos parlamentares eleitos assumiram seus mandatos pela primeira vez.

O baixo histórico de renovação, associado às novas práticas no exercício do mandato parlamentar, indica que a possibilidade de alteração significativa na composição do Poder Legislativo federal é reduzida.

A condição de detentor de mandato, somada aos serviços prestados aos grupos políticos e às bases eleitorais, sempre representou uma vantagem em relação aos demais concorrentes. Outro fator relevante é a ocupação de cargos nas direções partidárias estaduais, geralmente controladas por parlamentares em exercício. Esses arranjos internos favorecem a manutenção dos mandatos e fortalecem campanhas de reeleição ou de disputa por outros cargos, conforme os interesses da articulação política local.

A esse cenário soma-se um elemento que ganhou ainda mais peso nos últimos anos: as emendas parlamentares. Os recursos destinados às bases eleitorais de deputados e senadores funcionam, na prática, como uma campanha antecipada de reeleição. No caso dos deputados federais, esses valores podem ultrapassar os R\$ 40 milhões neste ano.

Esses recursos são aplicados em municípios e entidades para viabilizar políticas públicas locais, como reformas de escolas e hospitais, construção de quadras esportivas, realização de eventos culturais, aquisição de tratores, ambulâncias, entre outras demandas e carências municipais — sempre com o carimbo político do parlamentar responsável pelas "benfeitorias".

Para romper essa barreira e viabilizar novas candidaturas, será necessário ampliar a conscientização dos eleitores, destacar o papel do Parlamento e associar o comportamento parlamentar às votações de proposições relevantes ocorridas ao



Brasília-DF, 30 de janeiro de 2026

longo dos últimos anos de mandato para confrontar com a real necessidade do eleitor, que deve avaliar se prefere manter ou renovar as cadeiras no legislativo.

Valorizar a democracia exige a alternância de correntes de pensamento entre legislaturas, de modo a oxigenar a formulação de políticas públicas e incorporar as diferentes visões da sociedade ao processo político.

Em um contexto em que o Parlamento tem assumido, de forma crescente, o protagonismo político, a renovação alinhada aos interesses e às necessidades da sociedade torna-se uma emergência política e social para 2026.

(*) Jornalista, publicitário, especialista em Política e Representação Parlamentar pelo Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CFOR). É sócio-diretor da CONTATOS ASSESSORIA POLÍTICA e analista político do DIAP.

Fonte: Diap

Entre projetos da área social, Senado pode votar licença paternidade de 20 dias

Freepik



A licença paternidade deve ser ampliada gradualmente até alcançar 20 dias a partir do 4º ano de vigência da lei

O Senado pode votar o projeto que aumenta a licença paternidade de cinco para 20 dias, com remuneração integral. A matéria está pronta para entrar na pauta do Plenário, que retoma as atividades em fevereiro.

O projeto de lei (PL) 5.811/2025 aumenta de forma gradual o período de afastamento do trabalho para os pais segurados pela Previdência Social. O texto, proposto originalmente pela ex-senadora Patrícia Saboya (CE), regulamenta um direito que está previsto na Constituição. Sem a regulamentação, a licença atual fica restrita a um prazo transitório de cinco dias.

A relatora da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) foi a senadora Ana Paula Lobato (PDT-

MA). De acordo com o projeto, a licença paternidade será ampliada gradualmente para:

- 10 dias, nos dois primeiros anos de vigência da lei;
- 15 dias, no terceiro ano da lei; e
- 20 dias, a partir do quarto ano da lei.

Fonte: Agência Senado

Cuidar da safra sindical



Entenda como cuidar da safra sindical é essencial para garantir a continuidade das ações e a qualificação dos ativistas

Na ação sindical não há entressafra. Exceto nos períodos de férias coletivas ou de grandes feriados a atividade sindical é constante.

Mesmo entre uma campanha salarial e a seguinte, o que seria uma entressafra é cheia de ações necessárias – divulgação dos resultados obtidos e preparação, desde já, de uma nova campanha.

Há, portanto, o cotidiano da vida sindical (com sua burocracia) e acontecimentos que exigem empenho renovado; a vida do sindicato (e de todas as entidades sindicais) não para nunca.

O que as direções sindicais fazem (ou devem fazer) é associar o cumprimento sistemático das tarefas cotidianas à qualificação dos ativistas – qualificação sindical e qualificação política – com discussões, seminários e cursos.

Cada dirigente deve se tornar um grande influenciador na categoria (auxiliado, é claro, pelos profissionais de comunicação e experientes nas redes sociais) interagindo com os trabalhadores e as trabalhadoras e reforçando sua liderança.

O trabalho de sindicalização deve ser considerado em sua importância, reforçando as campanhas salariais e valorizando seus resultados.

E para descansar carregando pedras cada dirigente deve, em complementação às suas tarefas, realizar visitas presenciais nas empresas e locais de trabalho da categoria.

Não há entressafra para a ação sindical, mas cada safra deve ser cuidadosamente tratada.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical

Fonte: Rádio Peão Brasil